



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-2 – ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O TESAURO FUNCIONAL NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

THE FUNCTIONAL THESAURUS IN THE PERSPECTIVE OF THE ARCHIVAL KNOWLEDGE ORGANIZATION

Maíra Fernandes Alencar - Universidade Estadual de Londrina

Brígida Maria Nogueira Cervantes - Universidade Estadual de Londrina

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A informação arquivística enquanto um fenômeno social, político, cultural, econômico, entre outros, constitui-se por meio de uma linguagem específica: orgânica e funcional. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre vocabulários controlados em âmbito Arquivístico, com foco no Tesouro Funcional. Emprega-se a metodologia de cunho teórico e bibliográfico a partir da literatura da Ciência da Informação, Organização do Conhecimento e da Arquivística. Diante da revisão bibliográfica, compreende-se que este vocabulário controlado com origem no Arquivo Nacional da Austrália pode ser estudado mediante a teoria do *Records Continuum*. Sugere-se para pesquisas futuras o estudo da organização e representação da informação arquivística, em especial os vocabulários controlados sob a perspectiva dos paradigmas arquivísticos australianos: Multiversos Arquivísticos, Arquivos Participativos, Inclusivos e Comunitários.

Palavras-Chave: Linguagem Orgânico-Funcional; Tesouro Funcional; Vocabulário Controlado para Arquivos; Sistemas de Organização do Conhecimento Arquivístico.

Abstract: Archival information as a social, political, cultural, economic phenomenon, among others, is constituted through a specific language: organic and functional. In this sense, this paper aims to present a brief overview of controlled vocabularies in the Archives, focusing on the Functional Thesaurus. The theoretical and bibliographical methodology is used based on the Information Science literature, Knowledge Organization and Archival Science. Given the literature review, it is understood that this controlled vocabulary originating from the National Archives of Australia can be studied through the Records Continuum theory. It is suggested for future research the study of the organization and representation of archival information, especially the vocabularies controlled from the perspective of Australian archival paradigms: Archival Multiverse, Participatory, Inclusive and Community Archives.

Keywords: Organic-Functional Language; Functional Thesaurus; Controlled Vocabulary for Files; Archival Knowledge Organization Systems.

1 INTRODUÇÃO

Na trajetória científica da Arquivologia é possível verificar os estudos em torno da organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico enquanto base teórica e metodológica para subsidiar o acesso à informação arquivística produzida por instituições em âmbito público ou privado.

Em nível mundial, onde são presentes as discussões arquivísticas, há diferentes sistematizações teóricas, metodológicas, epistemológicas e conceituais em torno dos Arquivos e suas finalidades – que são elaboradas considerando as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas, entre outras, de cada país e região.

Um aspecto fundamental é situar a existência do objeto científico na Arquivística (Informação, Arquivo ou Documento de Arquivo) abordado por Schmidt (2012) de acordo com uma periodização da Arquivologia em Clássica, Moderna e Contemporânea.

A partir da concepção de um objeto científico, considera-se a Arquivística enquanto uma disciplina científica¹ e que mantém relações com a Ciência da Informação e a Diplomática, pois "é possível observar as relações que a Arquivística guarda tanto com a CI – por meio do conceito de informação orgânica registrada – tanto com a Diplomática, por meio do conceito de documento de arquivo" (TOGNOLI, 2015, p. 35). Em relação com a CI, nota-se uma aproximação teórica e metodológica da Arquivologia Contemporânea com a Organização do Conhecimento. (GUIMARAES; TOGNOLI, 2015).

Nesse sentido a OC definida de acordo com Hjørland (2008, p. 86, tradução nossa) em dois sentidos: 1) específico: "sobre atividades como descrição do documento, indexação e classificação realizada em bibliotecas, bases de dados bibliográficos, arquivos e outros

¹Ainda no âmbito desta discussão entre Saber e Fazer, para alguns pensadores do campo dos arquivos há os que encaram a área **como técnica** – por exemplo, Manuel Romero Tallafigo; como **disciplina técnica** – Giulio Battelli e Aurelio Tanodi; como **disciplina em desenvolvimento** – Silvana Elisa Cruz Domínguez e Theo Thomassen; **como disciplina científica** – Natália Tognoli, Angélica Marques, Heloísa Liberalli Bellotto, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin, Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown, Hugh Taylor e David B. Gracy; e aqueles que a encaram **como ciência**, ainda que sob diferentes perspectivas, como Jose Ramon Cruz Mundet, María Del Carmen Rodríguez López, Antonio Ángel Ruiz Rodríguez, Ramon Alberch Fugueras, Astréa de Moraes e Castro, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Theodore Roosevelt Schellenberg, Concepción Mendo Carmona, Bruno Delmas, Antonia Heredia Herrera, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos, Merizanda Ramírez Aceves, Eugenio Casanova, Michel Duchein, Luciana Duranti, Heather Macneil, Paola Carucci, Terry Eastwood, Robert-Henri Bautier, Eric Ketelaar, Adolf Brenneke e Elio Lodolini." (SCHMIDT, 2017, p. 248-249).

tipos de instituições de memória [...]” e no 2) sentido amplo enquanto uma “divisão social do trabalho mental, ou seja, a organização de universidades e outras instituições para pesquisa e educação, estrutura de disciplinas e profissões, a organização social dos meios de comunicação, etc. [...]”.

Ao analisar esses conceitos sob o ângulo da Arquivística, entende-se que a Organização e a Representação do Conhecimento na área encontram-se no âmbito específico, que ocorre por meio de dois processos nucleares: a Classificação e a Descrição. (TOGNOLI, BARROS, 2015).

Para Tognoli, Guimarães e Tennis (2013, p. 219, *tradução nossa*), “o conhecimento arquivístico [...] é todo o conhecimento produzido sobre uma pessoa ou entidade específica e agrupado em um fundo.” Nesse sentido, o objetivo do trabalho é apresentar um breve panorama sobre vocabulário controlado em âmbito Arquivístico, com foco no Tesouro Funcional, considerando que este instrumento se situa na Organização do Conhecimento Arquivístico (OCA).

Emprega-se a metodologia de cunho teórico e bibliográfico com foco nas áreas: Ciência da Informação, Organização do Conhecimento e Arquivística. Dessa forma, elaboram-se para o presente trabalho dois caminhos que fundamentam as discussões e orientam os tópicos a serem apresentados: 1) ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Sistema de Organização do Conhecimento na Perspectiva Arquivística e 2) TESAURO FUNCIONAL: Instrumento terminológico para normalizar a linguagem-orgânico-funcional.

Nota-se que o tema de vocabulário controlado para Arquivos tem sido estudado de diferentes perspectivas, desde a variação de instrumentos como: taxonomia, tesouro ou ontologia, até o tipo de linguagem a ser organizada: por assunto ou função.

Nesse sentido, no trabalho, delimita-se a escolha no vocabulário controlado que visa organizar e representar a função, por meio do Tesouro Funcional, entendendo este instrumento terminológico como um ponto de acesso complementar para a informação arquivística², sendo constituídos por termos (descritores) de função, atividades e estruturas

² "Entendemos que, no âmbito dos arquivos, o conceito de informação arquivística deve ser compreendido em um contexto mais amplo, que engloba não apenas o documento de arquivo, mas sim, todo o contexto de informações que coexistem para a produção e acumulação dos documentos. Assim, podemos entender a informação arquivística como toda informação que está envolvida nos processos de produção do documento de arquivo. Esses processos, por sua vez, envolvem os contextos jurídico-administrativo, de proveniência, de procedimentos, documental e tecnológico." (MARQUES; TOGNOLI, 2016, p. 75).

e sendo realizada na atividade de descrição, posteriormente a atividade de classificação. (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA, 2003; SMIT; KOBASHI, 2003; AGUIAR; TÁLAMO, 2012).

Ressalta-se que esse trabalho constitui um diálogo inicial no que tange as discussões sobre o tesouro funcional, não sendo o foco limitar a temática, mas o contrário torna-se necessário ampliar as discussões em torno dos pontos de acesso complementar da informação arquivística.

Diante da revisão bibliográfica, compreende-se que este vocabulário controlado com origem no Arquivo Nacional da Austrália pode ser estudado mediante a teoria do *Records Continuum*. Sugere-se ainda para pesquisas futuras o estudo da organização e representação da informação arquivística, em especial os vocabulários controlados sob a perspectiva dos paradigmas arquivísticos australianos: Multiversos Arquivísticos, Arquivos Participativos, Inclusivos e Comunitários³.

2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC) NA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA

Apresentam-se nesse tópico as teorias arquivísticas sistematizadas por Schmidt (2012) nos períodos clássico, moderno e contemporâneo para posteriormente situar os sistemas de organização do conhecimento na perspectiva arquivística enquanto sistemas que visam normalizar e padronizar a terminologia das funções que geraram a informação arquivística, com o objetivo de facilitar a recuperação da informação. Por fim, dentre os sistemas apresentados, elege-se o tesouro funcional para ser abordado na próxima seção.

³ Multiversos Arquivísticos: [...] o termo multiverso arquivístico é particularmente ressonante e abrange o pluralismo de textos probatórios, práticas e instituições de manutenção de memória, motivações burocráticas e pessoais, perspectivas e necessidades da comunidade e construções culturais e legais com as quais os profissionais de arquivo e acadêmicos devem se preparar [...] Originalmente cunhado em 1895, pelo filósofo e psicólogo William James, o termo multiverso é usado hoje para se referir ao conjunto hipotético de múltiplos universos possíveis. Ele foi explorado no contexto de muitas disciplinas diferentes, incluindo cosmologia, física, astronomia, psicologia, estudos culturais e literatura. (AERI, 2011, p. 73, tradução nossa).

"[...] o conceito de Arquivo Participativo reconhece que múltiplos grupos têm direitos, responsabilidades, necessidades e perspectivas em relação aos Arquivos. Os Arquivos Participativos, conseqüentemente, tornam-se um espaço negociado construído a partir de reflexão crítica em que diferentes comunidades compartilham controle e o conhecimento - elas são criadas por, para e com múltiplas comunidades, de acordo com e em respeito a valores, práticas, crenças e necessidades da comunidade. Eles também podem trabalhar em parceria com Arquivos institucionais, incluindo Arquivos governamentais e instituições de coleções". (GILLILAND; McKEMMISH, 2014, p. 82, tradução nossa).

As informações de cunho arquivístico são em sua essência linguagens orgânico-funcionais, pautadas pelo princípio da proveniência, materializadas das ações humanas providas de diferentes intencionalidades. O acesso a elas dependerá dos instrumentos construídos enquanto resultado de uma gestão documental eficaz, que leve em consideração os diferentes usuários e seus contextos.

As diferentes teorias arquivísticas desenvolvidas no mundo atuam como reflexos de cada forma cultural, política e econômica de um povo. Com seus registros, suas memórias, suas práticas democráticas e seus interesses públicos e privados de informação arquivística.

De acordo com a autora supracitada (SCHMIDT, 2012): nos períodos clássico e moderno o objeto científico da arquivística foi o documento de arquivo, no período contemporâneo, há também outros objetos:

1) Records Continuum da Austrália, a partir metade década de 1990, com a: Informação gerada pelos processos.

2) Pós-Custodial de Portugal, final da década de 1990, com a Informação social.

3) Arquivística Integrada de Montreal-Quebec/Canadá, década de 1980 com a: Informação Orgânica.

4) Arquivística Funcional ou Pós Moderna do Canadá inglês no final década de 1980 com *Process-Bound information* - informação registrada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual.

5) Diplomática Arquivística ou Contemporânea do Canadá inglês e Itália final da década de 1980 com o documento de Arquivo.

6) Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação da Espanha na década de 1980 com o Arquivo enquanto conjunto de documentos de Arquivos; documento de Arquivo.

Entende-se que mesmo em diferentes abordagens, a busca em como tornar eficaz a recuperação e o acesso aos documentos foi, é e acredita-se que será uma das necessidades que move o saber e fazer arquivístico.

Considera-se complexo o processo da representação do conhecimento, visto que o problema de como recuperar informações ocorre em diversas áreas do saber humano. Verifica-se que essa característica não se restringe e nem encontrará solução “ideal” apenas no âmbito da Arquivística. Entende-se que é um problema de diversas áreas e que existe desde que a produção do registro das ações humanas teve início e com as Tecnologias de Informação e Comunicação presencia-se uma produção cada vez maior.

Nota-se que houve, durante um período, ênfase em produzir e difundir informação, não verificando nos processos de gerir e administrar a mesma ênfase, aspecto que encontra nos Sistemas de Organização do Conhecimento soluções possíveis:

É possível considerar então, que os problemas atuais para a gestão e preservação de documentos de todo o tipo e em especial dos digitais, são testemunhos diretos de que os avanços obtidos nos últimos 50 anos, foram sobretudo na capacidade de produção e difusão da informação, não tendo se verificado o mesmo avanço e progresso na administração e gerenciamento da produção intelectual do homem. (FONTOURA, 2012, p. 214-215).

Os sistemas de organização do conhecimento são conceituados como "sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos." (CARLAN; BRASCHER, 2015, p. 135). Para as autoras:

No contexto da Ciência da Informação, os SOC ou esquemas de representação do conhecimento são instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento, e conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos. (CARLAN; BRASCHER, 2015, p. 137).

A literatura arquivística tem mostrado pesquisas que estudam a organização e representação da informação arquivística, com o objetivo de melhorar a busca para os usuários. Nesse sentido há estudos sobre vocabulários controlados para Arquivos (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015); (MOREIRA; FUJITA; SANTOS, 2016) entre outros, de indexação na Arquivística (RIBEIRO, 1996; CAMPOS, 2006; BARROS, 2016; MEDEIROS; BRÄSCHER; VIANNA; 2016), da taxonomia como vocabulário controlado para recuperar informação nos Arquivos (SOUSA; JUNIOR, 2017), do tesouro no uso da administração pública (LÓPEZ CARREÑO, 1999); de tesouros para Arquivos Municipais de Madri (*Grupo de Archiveros Municipales* de Madrid, 2010) do tesouro funcional (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRALIA, 2003; SMIT, KOBASHI, 2003; AGUIAR, TALAMO 2012; AUTOR 1; AUTOR 2, 2017); e da relação das ontologias com a classificação arquivística (BARROS, GOMES, 2018).

Uma abordagem do ponto de vista da representação, organização e recuperação da informação arquivística na perspectiva de Aguiar e Talámo (2012, p. 135) é que:

[...] um tesouro funcional não representa nem recupera conteúdos documentais, mas sim as atividades, estruturas e funções consubstanciadas nos documentos. Sua finalidade é representar as atividades, estruturas e

funções dos documentos através de uma interface documentária formada de termos (descritores). Convém lembrar que na arquivística, as práticas de organização, representação e recuperação não são orientadas pelo conteúdo-assunto de um documento, mas sim pela compreensão do contexto em que está inserido o documento arquivístico, por sua relação com o órgão produtor e pelo inter-relacionamento de um documento com o outro.

Nesse sentido, das abordagens apresentadas, aqueles que apresentam a normalização por meio da função são os seguintes: taxonomia, tesouros funcionais e a ontologia. Assim esse trabalho delimita-se a estudar os tesouros funcionais, enquanto objeto de estudo. Não desconsiderando a importância de todos os estudos citados acima.

Ressalta-se que foram apresentados alguns teóricos, não sendo o objetivo limitar o tema a partir do ponto de vista da descrição arquivística, entende-se que algumas abordagens não serão apresentadas como as normas ISO 15489-1, ISAD (G); NOBRADE, entre outras. Dessa forma compreende-se que um estudo a considerar um amplo universo de pesquisas e normas merece ser tema de pesquisas futuras.

3 TESAURO FUNCIONAL: UM INSTRUMENTO PARA NORMALIZAR A LINGUAGEM ORGÂNICO-FUNCIONAL

Apresenta uma breve história do tesouro, com início na área da Biblioteconomia, e posteriormente a concepção de tesouro para uso na Arquivística, em especial a abordagem que prioriza a representação pela função: o tesouro funcional.

No Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (TBCI)⁴ o termo Tesouro aparece subordinado ao Termos Genéricos: Sistemas de Organização do Conhecimento e Linguagens Documentárias. Nos Termos Específicos aparecem: Microtesouros e Tesouros Multilíngues. E por fim, nos Termos Relacionados constam: controle de vocabulário; descritores; dicionários; elaboração de linguagens documentárias; listas de cabeçalhos de assunto; manutenção de tesouros; notas explicativas; relações associativas; relações de equivalência; sistemas de classificação; taxonomias; termos candidatos a descritor e tesouros facetados. Não consta o a definição de Tesouro no TBCI.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 362) a definição de

⁴ Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/informacao/tbci/vocab/index.php?tema=934&/tesouros>.

Ressalta-se a importância do TBCI para normalização de trabalhos da área da Ciência da Informação, além do uso do instrumento para compartilhar os termos da área. No entanto, por enquanto, não consta o termo Tesouro Funcional.

Tesouro encontra-se apresentada como: 1. “Vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento” [...] “dicionário analógico, vocabulário controlado”. Sem descartar as outras concepções, enfatiza-se para esse trabalho, a definição apresentada como:

[...] 4. **Um tesouro pode ser definido de acordo com sua função ou de acordo com sua estrutura.** 4.1 Do ponto de vista de sua função, o tesouro é um instrumento da terminologia empregado para traduzir em linguagem artificial (linguagem documentária, linguagem de indexação) a linguagem natural usada nos documentos e pelos indexadores ou pelos usuários, assim como para voltar à linguagem natural a partir da linguagem artificial. 4.2 Do ponto de vista da estrutura, o tesouro é um vocabulário organizado e dinâmico de termos que possuem, entre si, relações semânticas e genéricas e que se aplica de modo exaustivo, em âmbito próprio a uma área do conhecimento; instrumento de terminologia, instrumento terminológico.[...]. (DICIONÁRIO DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA, 2008, p. 362, grifo nosso).

De acordo com Gomes e Campos (2006, p. 351) esta concepção do tesouro enquanto estrutura e função, foi formulada "no início da década de 70, através do programa UNISIST [...] a UNESCO define tesouro para a área de Ciência da Informação [...]". As autoras abordam ainda sobre a origem do termo tesouro:

A palavra *thesaurus* etimologicamente vem do grego e do latim e significa tesouro tendo sido usado durante muitos séculos para designar léxico, ou tesouro de palavras. Esta palavra popularizou-se a partir da publicação do *Thesaurus of English Words and Phrases*, de Peter Mark Roget, em Londres, 1852. O subtítulo de seu dicionário expressa bem o objetivo: *classified and arranged so as to facilitate the expression of ideas and to assist in literary composition* (ROGET, 1925). (GOMES; CAMPOS, 2006, p. 351).

Aborda-se este instrumento na perspectiva da Arquivística, nesse aspecto ressalta-se que "no âmbito da arquivística, a recuperação da informação orgânico-funcional é mediada pelos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos etc.) e instrumentos de gestão (quadro/plano de classificação, tabela de temporalidade [...])." (AGUIAR; TALAMO, 2012, p. 124). As duas atividades citadas de descrição e classificação constitui funções arquivística que irá recuperar o vínculo da proveniência, mas:

[...] No entanto, a preocupação com a questão terminológica, muitas vezes é ignorada no momento da nomeação das atividades, funções, órgãos produtores, tipos de documentos. Além disso, não oferecem mecanismos para o estabelecimento de relações associativas, partitivas e de equivalência entre as unidades terminológicas. Pode-se dizer que, na maioria dos casos, a organização e a estrutura desses instrumentos

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

arquivísticos utilizam a palavra como ponto de acesso, sendo raras as vezes em que possuem base terminológica. (AGUIAR; TALAMO, 2012, p. 125).

Com base nos argumentos dos autores acima, imagine-se a seguinte situação, em um ambiente que produzem e utilizam documentos arquivísticos, os colaboradores (usuários internos) nomeiam sem critério algum os tipos documentais, as funções e as atividades. O que acontecerá no momento da recuperação e acesso das informações? Haverá dificuldades na busca, pois foi utilizada para nomeação a linguagem natural, comprometendo a recuperação ágil e eficiente do serviço arquivístico na instituição.

A solução neste caso é um realizar um controle de vocabulário (processo) da linguagem orgânico funcional, que é a informação arquivística, ou seja, estabelecer um vocabulário controlado (instrumento) para ser utilizados pelos usuários. (AGUIAR; TALAMO, 2012). Convém ressaltar por questão terminológica que:

As designações: vocabulário controlado, linguagem controlada, linguagem documentária, linguagem documental, linguagens de indexação e tesouros apresentadas na literatura enunciam uma dispersão terminológica para representar um mesmo objeto – um instrumento documentário. (AGUIAR; TALAMO, 2012, p. 124).

A linguagem enquanto aspecto de solução para os ambientes informacionais, onde residem de um lado às informações e de outro os usuários (sejam pesquisadores/cidadãos ou administrativos pertencentes à instituição), constitui-se como tema de outras áreas do conhecimento científico além da Arquivologia:

[...] o problema básico que configura os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, nesse prisma, ainda vigora: para que uma informação possa cumprir seu papel no ciclo de produção, organização, disseminação e geração de novo conhecimento, isso é, para que seja socializada, é necessário que seja localizável e recuperável pelo usuário, o que é possível por meio de tratamento linguístico informacional adequado. (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015, p. 2).

Entende-se, assim, que o caminho do usuário até a informação e como ocorrerá o processo – se resultará ou não em recuperação – será conduzido por meio da linguagem documentária. Segundo Autor 2 (2009, p. 45), a linguagem documentária “deve organizar os conteúdos segundo os interesses de seus usuários a fim de lhes possibilitar a comunicação com o sistema de informação”. A relevância desse aspecto mediador deve nortear uma

política de acesso informacional ao sistema, caso contrário, ficará incoerente, pois sendo o sistema para o usuário, a linguagem deve estar mediada para ele.

Especificando o contexto em que se originam os documentos arquivísticos, entende-se que o objetivo da linguagem documentária será ter um papel mediador que reflita as atividades orgânico-funcionais contidas nos registros, aspecto que está na natureza dos tesouros funcionais.

Ao situarmos o contexto de criação do tesouro funcional, nota-se que sua origem está fundamentada na teoria arquivística do *Records Continuum* enquanto uma ferramenta desenvolvida pelo Arquivo Nacional da Austrália:

As práticas arquivísticas que surgiram no âmbito do Arquivo Nacional da Austrália enfatizavam os documentos enquanto provas de atividades dentro de um contexto particular, o que diverge do enfoque sobre o conteúdo temático e o valor informativo inerente à implementações norte-americanas do modelo do ciclo vital. Isso redundou numa abordagem mais sistemática do planejamento dos processos de organização documental com base numa grande quantidade de ferramentas desenvolvidas institucionalmente (em especial, as várias normas emitidas pelo Arquivo Nacional da Austrália). (DINGWALL, 2016, p. 218-219).

A dimensão espaço-tempo decorrente das novas necessidades de pensar os documentos digitais, a complexidade dos Arquivos e a proveniência da informação arquivística são aspectos marcantes na teoria do *Records Continuum*. Não pretende-se abordar em extensão o tema do *Records Continuum* nesse trabalho, mas situar seu conceito, para em seguida abordar as características do tesouro funcional.

Jardim (2015, p. 35) discorre que essa teoria (ou modelo para alguns) de contexto Australiano foi sistematizada nos anos de 1990 com Frank Upward, e teve como antecedentes os teóricos "[...] Ian Maclean, no final dos anos de 1950 e início de 1960, e Jay Atherton nos anos de 1980." De acordo com Jardim (2015, p.35) a base de dados *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos define o *Records Continuum* enquanto:

Um modelo de ciência arquivística que enfatiza a sobreposição das características de manutenção, evidência, tramitação dos documentos e identidade do produtor. Toda a extensão da existência de um documento. Refere-se a um regime consistente e coerente dos processos de gestão a partir do momento da produção de documentos (e antes da produção, no projeto de sistemas de *recordkeeping*) mediante a preservação e utilização dos documentos e arquivos.

Mckemmish (2019, p. 125) aborda que Upward desenvolveu um modelo conceitual

sobre o *continuum* com base inicial "no pensamento filosófico e historiográfico pós-moderno, incluindo o trabalho de Foucault sobre a Arqueologia do Saber, de Derrida sobre o Arquivo[...] e de Giddens sobre a teoria espaço-tempo e da estruturação". As dimensões sistematizadas por Upward são configuradas em criar, capturar, organizar e pluralizar:

- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social, cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória). (COSTA FILHO; SOUSA, 2017, p. 50 apud UPWARD, 1996).

Na visão de McKemmish no *Records Continuum*, "enquanto o conteúdo e a estrutura de um registro podem ser vistos como fixos, ao falar de contextualização, um registro está sempre em processo de transformação."

A abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, de outro modo, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo. Dessa forma, um documento criado e incorporado a um sistema gestão de documentos, pode, sincronicamente, integrar a terceira dimensão, visando ao atendimento de demandas legais de acesso à informação, e a quarta dimensão, que é a dimensão responsável pela pluralização de documentos buscando atingir fins sociais. Destacamos que as possibilidades são inúmeras e a coexistência em mais de uma dimensão, ou em todas ao mesmo tempo, pode ou não ocorrer. (COSTA FILHO; SOUSA, 2017, p. 57).

Um outro aspecto que no *Records Continuum* destaca-se, por entender que se relaciona com o tesouro funcional, pois atua desde da criação dos documentos: é a atividade da representação, em específico a descrição, não sendo esta:

[...] mais um processo arquivístico *post hoc*, mas um componente integral de uma série de processos iterativos de *recordkeeping* que capturam e vinculam inextricavelmente metadados autorizados a documentos criados no contexto da atividade social e comercial desde a sua criação em todas as dimensões do *continuum*. (MCKEMMISH, 2019, p. 131).

O que será representado no contexto arquivístico são dois aspectos:

vínculo/organicidade e função de sua origem, pois “o documento de Arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações” (BELLOTO, 2014, p. 162) . Ao situar a descrição no *Records Continuum*, Dingwall (2016, p. 224) aponta que ela “[...] parece mais perspicaz quando aplicada ao ambiente dos documentos eletrônicos, dotados de uma natureza dinâmica e frágil.⁵” Na visão Belloto (2017, p. 49) sobre o *Records Continuum*, aborda que o:

O *continuum* enfatiza a natureza testemunhal do documento, rejeitando aproximações preferenciais para o conteúdo temático e o valor informacional. A criação do documento não está inserida só no cumprimento de uma atividade institucional, como pensávamos basicamente até agora, mas essa criação também está inserida na razão de ser daquela atividade. No meio sócio-político que abriga a instituição produtora. Esse é o alargamento de contexto arquivístico pretendido pelos novos tempos. Arquivo como prova e arquivo como memória serão inseparáveis, desde a sua produção, vigência e ao largo do tempo..

Nesse sentido, quais são os instrumentos de representação e organização da área que possuem em sua essência esses dois aspectos: representar vínculo/organicidade e função ? Entende-se que tais instrumentos são os 1) planos de classificação funcional e 2) os guias, séries, catálogos e inventários, os quais são respectivamente resultados das atividades de Classificação e Descrição:

[...] a Arquivística tem o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo como processos complementares e nucleares de sua teoria e prática, com o objetivo de classificar, ordenar, descrever e fornecer acesso aos documentos. Estes processos têm objetivos específicos, dividindo um objetivo em comum: representar o conhecimento arquivístico. (TOGNOLI, 2012, p. 3).

Cunningham (2007, p. 87) argumenta que “[..] Arquivos são gerados quando pessoas ou organizações desempenham funções e realizam atividades”. Interessa, nesse aspecto, pensar o acesso para as funções. Nesse âmbito compreendido para prover acesso complementar depois do plano de classificação, o tesouro funcional é:

[...] uma ferramenta de classificação para ajudar as organizações a gerenciar registros e outras informações comerciais. [...] é uma lista controlada de termos interligados por semântica hierárquica, relações associativas ou de equivalência. Tal ferramenta atua como um guia para alocação de termos de classificação para registros individuais. (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA, 2003, p. 7, tradução e grifo nosso).

⁵ "A coleta de metadados suficientes durante as alterações sofridas pelo documento com o passar do tempo é fundamental para se poder preservar não apenas seu conteúdo informativo mas também os elos contextuais que permitem que este sirva como prova num regime de confiabilidade".

O tesouro nessa linguagem funcional irá, portanto, controlar o vocabulário da função que deu origem ao documento. De acordo com o Arquivo Nacional da Austrália (2003, p.16 - *tradução nossa*) "o principal objetivo de um tesouro funcional é permitir aos usuários navegar entre os termos que podem ser usados para classificar, descrever e recuperar registros e outras informações da instituição." Aborda-se ainda que "construir um tesouro de funções envolve a criação de relações lógicas entre funções de negócios, atividades e tópicos". (ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA, 2003, p. 16, tradução nossa). Algumas características do tesouro funcional são:

[...] possuem características que se aproximam do paradigma do usuário (sistema focado no usuário, isto é, a preocupação com as linguagens), ao comportar: relacionamentos entre descritores (principalmente relações de equivalência); base temática; o controle de vocabulário, ao contrário dos planos de gestão (planos ou quadros de classificação) que são orientados (focados) no sistema documental (nomeação estrutural ou funcional de unidades documentais). (AGUIAR; TALÁMO, 2012, p. 135).

Por se tratar de um tesouro específico de função, pode-se questionar, mas o que é uma função⁶? O conceito de função na Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF, 2007, p. 13, grifo nosso) consta da seguinte forma:

Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. **Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações.**

Para Hurley (1993, p. 01) as funções "delimitam e descrevem as atividades as quais produzem os registros". E para complementar o uso das funções, o referido autor argumenta que:

As funções diferenciam as agências (as agências de saúde diferem das agências de educação) umas das outras. Eles ampliam nossa compreensão sobre a natureza e finalidade de cada uma das diferentes agências (as funções educacionais incluem escolaridade, educação contínua, aprendizado e treinamento vocacional, educação universitária, educação de imigrantes e reestruturação industrial, mas excluem jardins de infância, pré-escolar e creche). (HURLEY, 1993, p. 01, tradução nossa).

Ao representar a função e não o conteúdo de tais registros, o tesouro funcional

⁶ Nesse sentido, sublinha ainda a necessidade de estudos em torno do conceito de função sob a perspectiva arquivística australiana, origem do Tesouro Funcional.

agrega diferentes ações no sistema de informação arquivística:

[...] opera como índice de termos do plano de classificação; - opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; - provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; - pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia. (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 45).

O seu campo de estudo está relacionado à área da Terminologia e da Linguística (AGUIAR; TALÁMO, 2012), visto que irá representar as funções por meio de termos a partir da análise do contexto funcional, resultando em uma linguagem documentária que deverá refletir as características do documento de Arquivo.

Rodrigues (2010, p. 186) aborda que o documento só será de Arquivo “se os vínculos de proveniência e organicidade se preservarem autênticos em seu conteúdo”, e complementa que:

[...] hoje o conceito de documento é mais amplo do que no passado, porque se passou a entender que ele reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e que para analisá-lo é necessário compreender a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.” (RODRIGUES, 2010, p. 180).

Entende-se que essa compressão da lógica do funcionamento do órgão que produziu o documento deve ser a base para os aspectos de padronização terminológica da organização e representação do conhecimento arquivístico para ocorrer o acesso.

Na visão de Smit (2017, p. 52):

Se o acesso é consequência da recuperação, esta é consequência da adoção, pelo arquivo, de procedimentos de descrição e classificação dos documentos. Se o acesso é um direito, o dever de tornar os documentos acessíveis cabe ao arquivo. De acordo com esta afirmação, a importância da adoção de procedimentos de descrição e classificação adequados fica bem caracterizada, tendo em vista o impacto que estes procedimentos têm sobre o acesso.

Tal pensamento fornece base para compreender o tesouro funcional, pois para a autora supracitada sem classificação e descrição não há recuperação e conseqüentemente acesso, nesse sentido "os metadados que descrevem os documentos (contexto externos mais classificação) devem ser compreensíveis ao usuário, lembrando que a comunicação envolve questões de linguagem." (SMIT, 2017, p. 55)

De acordo com Smit e Kobashi (2003, p. 42) um vocabulário controlado, na óptica arquivística, deve:

1. hierarquizar as funções e respectivas atividades: esta hierarquia pode ser mais ou menos detalhada, mas é necessária por duas razões: - para dar uma idéia do universo funcional abrangido (a visão do todo), incluindo os termos num sistema significante; - para orientar a organização física das séries documentais.
2. contemplar o controle de vocabulário, particularmente no que diz respeito à sinonímia, pela inclusão de remissivas na lista alfabética. As remissivas têm por função orientar a nomeação dos documentos (em sua geração e no momento de sua busca) de termos ou expressões não adotados para termos ou expressões adotados pelo sistema;
3. relacionar termos presentes em categorias diferentes.
4. conceituar os termos e as condições de seu uso.

Ressalta-se que a abordagem por um vocabulário controlado para Arquivos com foco na identificação de assunto⁷:

[...] constitui uma questão menor na descrição arquivística, pois a identificação de proveniência, tipo documental, função, atividade e/ou transação garantem a preservação do vínculo arquivístico, e o vocabulário controlado de assuntos não dá conta destas descrições. Ou seja, a abordagem do controle de vocabulário limitado a assuntos me parece excessivamente restritiva quando o acesso à informação é priorizado. (SMIT, 2018, p. 51).

Este trabalho se orienta na abordagem do acesso complementar por meio da descrição da informação arquivística, que recupere a função⁸ que gerou o registro.

Com tal perspectiva, parte-se aqui da premissa de que as linguagens que serão padronizadas em um sistema arquivístico como termos, por meio do tesouro funcional, será a função, atividade ou transação.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Tendo em vista, a complexidade das sistematizações teóricas arquivísticas, esse

⁷ De acordo com Smit (2018, p. 51) torna-se “importante ressaltar que não se trata de ignorar ou menosprezar a importância dos vocabulários controlados criados para tornar a identificação de assuntos mais consistente na descrição arquivística. Aliás, ótimos exemplos podem ser citados (não limitados ao controle de assuntos) cujas utilidades são indiscutíveis. Pode-se citar o trabalho feito no Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (2016) ou a proposta de Gameiro e Gonçalves (2011), desenvolvida para a descrição dos processos da Inquisição de Lisboa, relativos a pessoas morando no Rio de Janeiro, ou ainda a proposta desenvolvida para os arquivos israelenses (SCHENKOLEWSKI-KROLL; TRACTINSKY, 2006), além dos trabalhos, sempre muito instigantes, desenvolvidos em Brasília por Renato Sousa com diferentes coautores (Sousa et al., 2016; Sousa et al., 2010; Sousa; Araújo Jr., 2017)”.

⁸ Os autores Aguiar e Talámo (2012, p. 133) abordam que "a acepção de tesouro funcional da Arquivo Nacional da Austrália evidencia a preocupação no fornecimento de um índice para representar o conteúdo de alguns documentos que indicam um assunto/tema".

trabalho apresentou algumas dimensões conceituais e teóricas em torno do tesauro funcional.

Com base nos estudos apresentados, entende-se que os tesouros funcionais enquanto um instrumento terminológico-documentário ao controlar o vocabulário de funções, atividades e transações, pode ser estudado na dimensão do *Records Continuum*, para fins teóricos.

Entendem-se duas razões iniciais para essa aproximação. Primeira: a teoria do *Records Continuum* e o Tesauro Funcional são ambos de origem australiana. Ainda que não tenha sido recuperado na literatura científica trabalhos que abordem diretamente essa relação, pressupõe que é possível pois nesta teoria tem-se um modelo com as dimensões: criar, capturar, organizar e pluralizar e que de acordo com Upward (1996) essas dimensões podem acontecer simultaneamente.

Assim entende-se que o processo de controle de vocabulário da função que resultará em um tesauro funcional, mesmo que seja realizado na dimensão da organização, poderá influenciar outras dimensões. Nota-se que ao enfatizar a continuidade, nessa teoria a função está presente enquanto metadado que será preservada desde a criação até a pluralização.

Nesse sentido, para finalizar, considerando o Tesauro Funcional na perspectiva do *Continuum*, levanta-se alguns questionamentos na dimensão do "pluralizar".

1) Tendo verificado o tesauro funcional enquanto um instrumento da descrição, é possível pensá-lo para comunicar o conhecimento arquivístico com o objetivo de democratizar para os cidadãos o nome das atividades e funções existentes e exercidas por uma instituição como por exemplo, a administração pública? E com essa concepção de um instrumento terminológico arquivístico, quais seriam as contribuições ao estudar a relação da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Socioterminologia com os termos de um tesauro funcional em uma instituição pública arquivística?

2) Que contribuição traria a divulgação de um tesauro funcional para o exercício da cidadania, com o objetivo de democratizar os termos de uma função pública existente em uma atividade cultural, política, social, econômica, entre outras?

3) Quais são os valores culturais dos termos de uma função e como é possível relacionar essa visão dentro do Multiverso Arquivístico com a dimensão dos Arquivos Participativos, Inclusivos e Comunitários que são paradigmas contemporâneos australianos?

Ressalta-se que esse trabalho se constitui enquanto um diálogo inicial, não sendo seu objetivo limitar as discussões em torno do vocabulário controlado em Arquivos, e sim ampliar tais discussões. Nesse sentido evidencia-se a necessidade de estudos epistemológicos em torno da dimensão da organização do conhecimento arquivístico que seja inclusivo e participativo, dessa forma, acredita-se que há possibilidades de trazer essas discussões inicialmente em torno do tesouro funcional ao situá-lo na dimensão do *Records Continuum*.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. L. de; TALÁMO, M. de F. G. M. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional -concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan. /jun. p. 117-138. 2012.

AUTOR1; AUTOR2. Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional. **Em Questão**, v. 25, p. 368-389, 2019.

ARCHIVAL EDUCATION AND RESEARCH INSTITUTE (AERI). Pluralizing the Archival Curriculum Group (PACG) (A. Gilliland, corresponding author), “Educating for the Archival Multiverse”. **American Archivist**, Spring/Summer, 2011, p.68-102.

BARROS, T. H. B.; GOMES, D. L. Classification and Knowledge Organization Systems: ontologies and archival classification. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 2018, Porto. **Advances in Knowledge Organization**, 15., v. 16. p. 103-111, 2018

BARROS, T. H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, abr. 2016

BELLOTTO, H.L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, H.L. Novas concepções do contexto arquivístico. In: **Arquivos, entre tradição e modernidade**, v. 1 : conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul [recurso eletrônico]/organização Ana Célia Navarro de Andrade ; Associação de Arquivistas de São Paulo. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 42-50.

CAMPOS, M.L.A ; GOMES, H. E. Metodologia de Elaboração de Tesouro Conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 11, n. 3, mar. 2008.

CAMPOS, M.L.de A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Brasília, v. 5, p. 17-31, 2006.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

CARLAN, E. ; BRASCHER, M. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. *In*: BAPTISTA, D.M.; ARAUJO JUNIOR, R. H. (org.). **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília: Thesaurus, 2015, p. 135-158.

CALDERON, W.R. O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2013.

AUTOR1. **A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Polis, 2002. 92 p. (Coleção Palavra-Chave, 4).

COSTA FILHO, C. M. A. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COSTA FILHO, C., SOUSA, R. Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-60, jul./dez., 2017

CUNNINGHAM, A. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77–92, 2007.

CUNHA, M.B da; CAVALCANTI, C.R de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

DINGWALL, G. Modelo do ciclo vital e do modelo continuum- Uma visão das concepções de organização arquivísticas desde o período do pós - guerra. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

FONTOURA, M. C. **A documentação de Paul Otlet: uma proposta para a organização racional da produção intelectual do homem**. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. 2012.

GILLILAND, A; MCKEMMISH, S. The role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation and recovery. **Atlanti: Review for Modern Archival Theory and Practice**, 24, 2014, p. 79-88.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **Knowledge Organization** v. 42, n. 8, p. 562- 69, 2015.

GRUPO DE ARCHIVEROS DE MADRID. XVIII Jornadas de Archivos Municipales de Madri: **'Pilares de la e-administración: Cuadro de Clasificación y Tesouro**. Tesouro de Archivos

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Municipales. Edición: Mayo 2010. Disponível em http://arquivosdegalicia.xunta.gal/export/sites/default/arquivos-de-galicia/resources/normativa/Tesouro_archivos_municipales.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Org.**, v. 35, n.2/n.3, 2008.

HURLEY, C. What, If Anything, Is A Function? **Archives & Manuscripts**, v. 21, n. 2, 1993.

JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da Gestão de Documentos em cenários de transformações. **Acervo**, v. 28, p. 19-50, 2015.

LIMA, G. Â. de O; MACULAN, B. C. M. dos S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 1, dec. 2017.

LÓPEZ CARREÑO, R. Necesidad del uso de tesauros en el manejo de la documentación administrativa em archivos y centros de documentación. **Scire**, v. 5, n. 2, p. 115-130, 1999.

MARQUES, A. A. da C; TOGNOLI, N.T. Entre a arquivologia e outras disciplinas: promessas de Interdisciplinaridade ? **PÁGINAS a&b**, S.3, n. 6, p. 65-83, 2016.

MEDEIROS, G. M de; BRÄSCHER, M.; VIANNA, W.N. Indexação de assunto em documentos arquivísticos: convergências e divergências em artigos científicos internacionais. **Em Questão**, v. 23, p. 154-182, 2016.

MCKEMMISH, S. Guarda de Registro no Continuum: Uma tradição australiana. *In*: GILLILAND, ANNE J.; MCKEMMISH, SUE; LAU, ANDREW J. (org.). **Pesquisa no Multiverso Arquivístico**. Tradução: Ana Cristina Rodrigues. Salvador: 9Bravos, 2019.

MOREIRA, W; DAVANZO, L; MORAES, I. S DE. Abordagens sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. *In*: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12., Y CONGRESO DEL CONOCIMIENTO PARA SISTEMAS DE INFORMACIÓN ABIERTOS, 2., ISKO Espana-Portugal, 19-20 nov., 2015. Murcia: Universidad de Murcia

MOREIRA, W; FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. dos S. Vocabulário controlado para arquivos universitários: a experiência do VTArq-UNESP. **Scire**, v. 22, n. 2, p. 107-112, jul./dic. 2016.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRÁLIA. **Developing a Functions Thesaurus: Guidelines for Commonwealth Agencies**. Canberra, 2003.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Keyword AAA**. 1999. Disponível em: http://www.adri.govt.nz/Images/keyword-aaa_tcm16-47292.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

RIBEIRO, F. Subject Indexing and authority control in archives: the Need for Subject Indexing in Archives and for an Indexing Policy Using Controlled Language. **Journal of the Society of Archivists**, v. 17, n. 1, p. 27-54, 1996.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

RODRIGUES, A.C. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. *In*: FREITAS, Lidia Silva de Freitas; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p. 175-192.

SCHMIDT, C. M dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi 10.11606/T.27.2012.tde-02072013-170328.

SCHMIDT, C. M. dos S. Apontamentos acerca do estatuto científico da arquivologia. *In*: SANTOS, Eliete Correia dos (org.). **Pesquisa em arquivologia fronteiras e perspectivas epistemológicas**. Campina Grande: Eduepb, 2017. v. 1, p. 239-.264.

SMIT, J. W. O acesso à informação e os sistemas de recuperação da informação. *In*: **Arquivos, entre tradição e modernidade**, v. 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul [recurso eletrônico]/organização Ana Célia Navarro de Andrade ; Associação de Arquivistas de São Paulo. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. p. 51-56.

SMIT, J. W. Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 46-56, set/dez. 2018

SMIT, J. W; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

SOUSA;R.T.B de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A classificação e o vocabulário controlado como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *In*: **Da produção à preservação informacional**: desafios e oportunidades. Évora: Publicações do Cidehus, 2017.

TOGNOLI, N.B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 79-92, 2012.

TOGNOLI, N.B. La organización del conocimiento archivístico desde la Diplomática: elementos históricos y conceptuales de un método en revisión. **Scire**, v. 21, n. 1, p; 35-40, jan./jun. 2015.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C; TENNIS, J. T. Diplomats as a methodological perspective for Archival Knowledge Organization. *In*: **The Fourth North America Symposium on Knowledge Organization** - NASKO, 2013, Milwaukee. Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work, 2013. v. 1. p. 217-225.

TOGNOLI, N.T; BARROS, T.H.B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Estudos Avançados em Organização do Conhecimento**: Organização do conhecimento e diversidade cultural. Marília: Fundepe, 2015. v. 3. p. 94-99.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond: a personal reflection. **Records Management Journal**, v. 10, n. 3, p. 115-139, 2000.

UPWARD, F. The Archival Multiverse and Eddies in the Spacetime Continuum. p.198- 227. *In*: GILLILAND, ANNE J.; MCKEMMISH, SUE; LAU, ANDREW J. (ed.) **Research in the Archival Multiverse**. Clayton, VIC.; Australia: Monash University Publishing, 2017.